



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 149

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitações formuladas na sessão conjunta de 23 do corrente, com aquiescência do Plenário, resolve alterar o programa estabelecido para a apreciação dos vetos presidenciais pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional, na forma abaixo:

a) cancelar a convocação feita para 25 do mês em curso;

b) convocar sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de setembro próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados com a Ordem do Dia que fora estabelecida para a de 30 do corrente, a saber:

1 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1 566, de 1960, na Câmara e nº 33 de 1960, no Senado, que equipara a extrajurisdicção mensalista da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;

2 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2 073, de 1960, na Câmara e nº 99 de 1961, no Senado, que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.453, de 8 de dezembro de 1958 e dá outras providências;

3 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1 688, de 1960, na Câmara e nº 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei número 3 483 de 8 de dezembro de 1958 ao pessoal ligado ao Departamento Nacional de Endemias Rurais.

c) destinar a sessão de 30 do corrente ao prosseguimento do estudo da matéria designada para as de 23, 24, 28 e 29, a saber:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386, de 1959, na Câmara e nº 58 de 1961 no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Senado Federal, 24 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice Presidente no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Mello.
Vice-Líderes: Lima Leal Almeida e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Teófilo Victorino Freire.

SENADO FEDERAL

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan — Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.
DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissã. Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondim.
Reginaldo Fernandes (UDN).
Secretário: Evandro Mendes Viana.
Diretor-Geral: Roberto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venício Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Pericles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PIB).
Barros Carvalho (PIB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL D).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
3. Francisco Gaiotto (PSD).
1. Lima Leal Almeida (PIB).
2. Vivato Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Teófilo, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PIB).
Fernandes Iávora (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Dei Carr (UDN).
João Arruda (UDN).
Alc. Guimarães (PSD).
Lima Leal Almeida (PSD).
Nogueira da Gama (PIB).

SUPLENTE

1. Moura Andrade (UDN).
2. João Arruda (UDN).
3. Uney Bornhauser (UDN).
1. Ovídio Teixeira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
1. Francisco Gaiotto (PSD).
1. Lima Leal Almeida (PIB).
2. Sérgio Ramos (PIB).
1. Sebastião Archer (PSD).
Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padro Cabazana, Vice-Presidente (UDN).
Jardas Maranhão (PSD).
Sérgio Ramos (PIB).

Armando Rodrigues (PTB).
Memb. de Sa. - PL.

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Matos (UDN).
1. Lobo da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Pender (PTB).
2. Lino de Matos (UDN).
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti - Presidente - UDN.
Ary Vianna - Vice-Presidente - PSD.

- Titulares: Lino de Matos (UDN), Daniel Krieger (UDN), Fernandes Távora (UDN), Dix-Huit Rosado (UDN), Lobo da Silveira (UDN), Gaspar Veloso (PSD), Nogueira da Gama (PTB), Lobo da Silveira (PSD), Barros Carvalho (PTB), Victorino Freire (PSD), Eugênio Barros (PSD), Mem de Sá (PL), Fausto Cabral (PTB), Filinto Müller (PSD), Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Ruy Palmeira (UDN).
4. Coimbra Bueno (UDN).
5. João Arruda (UDN).
6. De Cár - UDN.
1. Silvestre Péricles (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
3. Jarbas Maranhão (PSD).
4. Menezes Pimentel (PSD).
5. Pedro Ludovico (PSD).
6. ...
1. Vivaldo Lima (PTB).
2. Armando Rodrigues (PTB).
3. Paulo Pender (PTB).
4. Lino de Matos (UDN).
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretário: Renato de Almeida Chermont - Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

- Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).
Lino de Matos, Presidente (PTB).
Lobo da Silveira (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Maurício Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Pender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobo da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Armando Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho - Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente - PSD.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEPEIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescida de Cr\$ 0,50 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Sérgio Marinho, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lobo da Silveira (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
2. Daniel Krieger (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
1. Paulo Pender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Mota - Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

- Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Ruy Palmeira, Vice-Presidente (UDN).
Daniel Krieger (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Benedicto Valadares (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Aloisio de Carvalho (PL).
Gaspar Veloso (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Venâncio Igrejas (UDN).
3. Freitas Cavalcanti (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
1. Mem de Sá (PL).
2. Jefferson de Aguiar (PSD).
3. Ary Vianna (PSD).
1. Fausto Cabral (PTB).
2. Barros Carvalho (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

- Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).
Aloisio de Carvalho, Vice-Presidente (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lobo da Silveira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos - Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

- Daniel Krieger - Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão - Vice-Presidente (PSD).
Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Pender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloisio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedicto Valadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

- Jorge Maynard - Presidente (PSP).
Lino de Matos - Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Victorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE

- UDN:
1 - Sérgio Marinho
2 - João Arruda.
PSD:
1 - Jefferson Aguiar,
2 - Eugênio Barros,
1 - Nelson Maculan.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

- Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

- Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Armando Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).
2. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Jorge Maynard (PSP).
2. Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial Incumbida de Emitir Parecer Sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 36, de 1953, que Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

Cunha Mello (PTB) - Presidente.
Menezes Pimentel (PSD) - Vice-Presidente.

Sérgio Marinho (UDN) - Relator.
Jarbas Maranhão.
Jorge Maynard.
Assessor Legislativo: Dr. Luciano Mesquita.

Secretário: João Pires de Oliveira Filho.

Ata das Comissões
Comissão de Finanças

29ª REUNIAO EM 22 DE AGOSTO DE 1961

22ª Extraordinária

As 16 horas, sob a presidência do Sr. Ary Vianna, presentes, os Srs. Joaquim Parente, Fernandes Távora, Lobo da Silveira, Eugênio Barros, Saulo Ramos, Victorino Freire, Gaspar Veloso e Fausto Cabral reunem-se a Comissão de Finanças. Comparece, ainda, o Sr. Menezes Pimentel. Deixam de comparecer os Srs. Daniel Krieger, Irineu Bornhausen, Dix-Huit Rosado, Lopes da Costa, Nogueira da Gama, Barros Carvalho, Mem de Sá, Filinto Müller.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.
Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Fernandes Távora que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00.

destinado a Construção da Clínica Ortopédica do Hospital Geral da Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. O parecer é aprovado pela Comissão.

Em seguida o Sr. Joaquim Parente oferece pareceres favoráveis, aprovados pela Comissão, aos Projetos: *Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1961, que isenta até 31 de dezembro de 1961, de direitos alfandegários, exceto taxa de despacho aduaneira a que se refere o artigo 66 da Lei nº 3.244, de 1957, e do Imposto de Consumo para material destinado a fabricação de tratores agrícolas e ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1961, que isenta dos impostos de importação e de consumo, material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S. A.*

O Sr. Ary Vianna lê parecer favorável ao *Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 123.711.057,70 para atender às despesas de qualquer natureza com sua transferência para Brasília.* O parecer é aprovado pela Comissão.

O Sr. Fausto Cabral dá parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao *Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da execução da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.*

O Sr. Saulo Ramos emite parecer favorável ao *Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1961, que assegura aos Taiteiros da Marinha e Aeronáutica, acesso até a graduação da Suboficial.* A Comissão aprova o parecer.

Finalmente, o Sr. Victorino Freire lê parecer favorável ao Projeto e às emendas nº 1, 2, com subemendas, e 10 da Comissão de Constituição e Justiça e contrário às emendas 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 11 da Comissão de Constituição e Justiça, apresentando, ainda, as emendas de nºs 12 C.F. a 26 C.F., ao *Projeto de Resolução nº 17, de 1961, que altera o Quadro do Pessoal do Senado Federal a que se refere o artigo 8º da Resolução nº 6, de 1960, na parte que especifica.*

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a Reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

30ª REUNIAO EM 28 DE AGOSTO DE 1961

23ª Extraordinária

As 16ª horas sob a presidência do Sr. Ary Vianna, presentes os Srs. Gaspar Veloso, Joaquim Parente, Victorino Freire, Nogueira da Gama, Fausto Cabral e Saulo Ramos, reúne-se a Comissão de Finanças. Comparece, ainda os Srs. Vivaldo Lima e Jarbas Maranhão. Deixam de comparecer os Srs. Daniel Krieger, Irineu Bornhausen, Lopes da Costa, Fernandes Távora, Dix-Huit Rosado, Lobão da Silveira, Barros Carvalho, Eugênio de Barros, Mem de Sá e Filinto Muller.

Inicialmente, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Joaquim Parente que oferece parecer favorável ao *Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1961, que altera o Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências.* A Comissão aprova o parecer.

A seguir o Sr. Gaspar Veloso emite parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao *Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1961, que organiza o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal.*

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, da qual eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, lavro a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 153ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 5 DE SETEMBRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello. — Vivaldo Lima. — Paulo Fender. — Zacharias de Assumpção. — Lobão da Silveira. — Victorino Freire. — Remy Archer. — Leonidas Mello. — Mathias Olympio. — Joaquim Parente. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Menezes Pimentel. — Sérgio Marinho. — Reginaldo Fernandes. — Dix-Huit Rosado. — Argemiro de Figueiredo. — João Arruda. — Salviano Leite. — Novaes Filho. — Jarbas Maranhão. — Lourival Fontes. — Jorge Maynard. — Heribaldo Vieira. — Ovidio Teixeira. — Lima Teixeira. — Aloysio de Carvalho. — Del Caro. — Ary Vianna. — Paulo Fernandes. — Miguel Couto. — Catão de Castro. — Gilberto Marinho. — Afonso Arinos. — Benedito Valadares. — Nogueira da Gama. — Milton Campos. — Moura Andrade. — Lino de Mattos. — Coimbra Bueno. — Lopes da Costa. — Gaspar Veloso. — Nelson Maculan. — Saulo Ramos. — Irineu Bornhausen. — Daniel Krieger. — Guido Mondin. — (47).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte EXPEDIENTE

Mensagem nº 192 (nº de origem 479), de 1º de setembro, do Sr. Presidente da República, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1961, sancionado, que organiza o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

Mensagem nº 193 (nº de origem 480), agradecendo a remessa de autógrafo do Decreto Legislativo nº 11, de 1961;

Mensagem nº 194 (nº de origem 481), agradecendo a remessa de autógrafo do Decreto Legislativo nº 12, de 1961;

Mensagem nº 195 (nº de origem 482), transmitindo informações do Ministério das Relações Exteriores em atenção ao Requerimento nº 212, de 1961, do Sr. Senador Silvestre Péricles.

Mensagem nº 196 (nº de origem 483), restituindo autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 630.000.000,00, destinado a atender ao pagamento de sentenças judiciais;

Mensagem nº 197 (nº de origem 484), restituindo autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1961, sancionado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, para custear a construção da linha de transmissão da Central Elétrica de Três Marias para as cidades de Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº B-445, de 29 de agosto, do Sr. Ministro da Viação, transmitindo informações prestadas pelo Departamento de Obras Contra as Secas, em atenção ao Requerimento nº 260, de

1961, do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo.

Ofício — Da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do seguinte:

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1961

(Nº 2.109-C-56, NA CAMARA)

Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 10.000.000,00 ao Hospital dos Sindicatos Reunidos de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São concedidos os seguintes auxílios: Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) à Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Caxias do Sul, para a construção do Hospital Beneficente dos Trabalhadores de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) à Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina, Estado do Paraná; Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) à Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Santa Catarina, com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina; e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) à Santa Casa de Misericórdia, de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para o término de suas obras.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros).

Art. 3º As prestações de contas dos auxílios de que trata esta lei deverão ser feitas dentro de 2 (dois) anos, após a data do respectivo pagamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, liseijo fazer uma consulta a V. Exª. O Congresso está em sessão permanente. A sessão desta madrugada não foi encerrada, mas apenas suspensa. Gostaria de me esclarecer sobre se estando o Congresso em sessão permanente, o Senado pode realizar sessões isoladas.

O SR. PRESIDENTE — A consulta de V. Exª terá resposta na comunicação que farei à Casa, após a leitura do expediente.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a propósito da questão de ordem levantada pelo nobre Senador Caiado de Castro, peço que conste da ata de nossos trabalhos de hoje que não estive presente à sessão do Congresso Nacional, desta madrugada, porque não fui para ela convocado. A hora, reconheço, é propícia aos afeitos e ambiciosos. Sinto que não sou nem uma coisa nem outra, mas também não quero passar por insensível às graves responsabilidades que pesam neste momento sobre o Congresso Nacional. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A declaração de V. Exª constará da ata.

Na madrugada de hoje viu-se a Presidência do Senado na necessi-

dade de convocar sessão conjunta do Congresso Nacional que teve início às 2 horas e 40 minutos, para conhecimento de matéria urgente.

A sessão, pelos motivos então expostos, foi depois suspensa, declarando a Presidência que convocará os Srs. Congressistas para a sua continuação quando houvesse novas comunicações a fazer.

Tendo cessado os motivos que justificaram a referida sessão, esta Presidência deliberou deixar de renovar o seu prosseguimento, tendo sido feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Nessas condições, volta o Senado aos trabalhos normais do seu Plenário.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, peço a palavra pelo ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não estou em idade que me permita fanfarronices e quixotadas.

Ontem, na confusão que surgiu em seguida à interdição do campo para saída do avião que deveria levar a comissão de parlamentares ao Rio Grande do Sul, a fim de acompanhar de volta o Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, decorei à Imprensa que encaminharia imediatamente ao Presidente do Congresso requerimento sugerindo providências para que S. Exª fosse empossado em Porto Alegre, à vista de que ocorria nesta Capital.

A informação que dei à Imprensa teve larga repercussão radiofônica, pois que a ouvi, e vários colegas também, através de estações de rádio inclusive do Rio Grande do Sul. Redigi, então, um requerimento que, sei Sr. Presidente, perdeu inteiramente a oportunidade.

Devo, entretanto, uma satisfação, principalmente àqueles colegas, não do Senado, mas da Câmara dos Deputados, que entenderam impraticável a medida: alguns até a qualificaram de ridícula.

Passo a ler o referido requerimento. Sr. Presidente, a fim de que conste dos Anais do Senado. Ao fazê-lo, tenho minha vista e meu pensamento dirigidos à Providência Divina, na esperança de que o Sr. João Goulart desembarque, tome posse e nada mais aconteça, nesta crise que agita o Brasil desde o dia 25 de agosto.

O requerimento que passo a ler, para que fique registrado nos Anais, torno a acentuar, está concebido nos seguintes termos:

"Sr. Presidente do Congresso Nacional:

O Congresso Nacional, conforme informações prestadas pelo seu Ilustre Presidente, não conseguiu, até o momento, em face de razões notórias, receber garantias de segurança para cumprir com o seu dever constitucional de tomar o compromisso de posse do Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, motivo pelo qual, baseado no art. 2º do Regimento Comum, requero a convocação de uma sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, que deverá realizar-se, às 10 horas, do próximo dia 7 de setembro, na Cidade de Porto Alegre, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de rece-

ber o compromisso, previsto pelo art. 21, da Emenda Constitucional número 4 (Ato Adicional que institui o sistema parlamentarista de governo).

O Requerimento se assenta em dispositivo regimental incontroverso — dispõe o referido artigo 2º que "as sessões conjuntas se realizarão, salvo escolha prévia de outro local e hora devidamente anunciados, no Edifício da Câmara dos Deputados".

Poder-se-á alegar que a instalação da referida sessão, em Porto Alegre, é impossibilitada pela exigência do art. 4º do Regimento Comum, que exige a presença mínima de um quarto de Senadores e Deputados, respectivamente. Essa dificuldade poderá ser sanada, de imediato, pela aprovação de um projeto de Resolução que admita, para esse caso, a instalação com qualquer número. Providência de solução muito mais rápida e fácil do que a Emenda Parlamentarista, discutida e aprovada em cerca de 48 horas, incluindo-se a reforma dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado para atingir-se essa rapidez.

Instalada a sessão, que recebeu, e recebido o compromisso do Sr. Presidente da República, seguido da indicação do nome do Presidente do Conselho e da composição do Conselho de Ministros, a mesma será suspensa, para ter o assessoramento na sede da Câmara dos Deputados, em Brasília, em dia e hora anunciados, para aprovação dos nomes indicados na conformidade do artigo 21, da Emenda Parlamentarista.

Poderá, ainda, o Sr. Presidente da República, à vista da referida sessão ser suspensa em Porto Alegre e reaberta em Brasília, pedir prazo para a indicação dos nomes do Presidente do Conselho e dos seus membros, para o que a sessão será considerada em funcionamento permanente.

Estas providências são indispensáveis a fim de que o prestigio do Congresso Nacional, altamente colocado na consciência do povo brasileiro, seja mantido íntegro com o cumprimento da sua obrigação constitucional, mesmo arrostando as dificuldades imprevistas, momentaneamente, pela alienação de alguns elementos da nossa Aeronáutica.

Entendo desaconselhável, para os destinos da democracia, o Presidente João Goulart, correr o risco de vida, a que ficará exposto se deixar o Rio Grande do Sul antes de normalizar a situação da vida da Nação com a sua investidura na Chefia do Executivo e início da ação do seu Conselho de Ministros.

Considero-me revestido da necessária autoridade moral para formular este Requerimento e assumir a responsabilidade pela sugestão não contida porque, graças à insistência, por vezes impertinente, com a qual solicitei a constituição da comissão de parlamentares para ir a Porto Alegre e de lá trazer, em sua companhia, o sucessor do Sr. João Quadros, tornou-se possível fazer abortar o plano criminoso dos rebeldes da Aeronáutica.

Conforme o testemunho de numerosos parlamentares e chefes partidários sugeriu a nomeação da referida comissão, durante a reunião realizada às 9 horas do dia 3 (domingo último) na sala da Comissão de Justiça da Câmara. Refizerei a sugestão ao Presidente da Re-

pública, em exercício, pedindo-lhe, para maior garantia, o avião Presidencial. Incompreendidos nos meus propósitos, que afirmel, a vários colegas, era o de testar a sinceridade de alguns elementos da Aeronáutica, visto estar eu convencido de que a procedência das minhas suspeitas seria comprovada com a autorização ou não do embarque pacífico da referida comissão parlamentar, recorri, então, ao Presidente do Congresso, que decidiu favoravelmente.

Com tristeza, para a Nação, as minhas suspeitas se comprovaram.

Este Requerimento deve, portanto, Sr. Presidente, ser acolhido para as providências cabíveis que, espero, serão tomadas pelas ditas Mesas das duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1961. — *Lino de Mattos*.

Sr. Presidente, esta a providência que eu desejava fosse tomada e que peço fique registrada apenas para efeito da história que, um dia, se escreverá sobre os acontecimentos em que nos vimos envolvidos. (Afúto bem).

O SR. NOVAES FILHO:

Peço a palavra, Sr. Presidente, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO — (Para explicação pessoal) — Não foi revisto pelo orador — Sr. Presidente, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo e o orador que ocupa esta tribuna sempre se mostraram Parlamentares muito ciosos do cumprimento de seus deveres, sobretudo como membros da Mesa do Congresso Nacional.

Dai por que declaramos que deixamos de comparecer à sessão do Congresso, realizada na madrugada de hoje, em virtude de não termos sido avisados nem convocados para a mesma.

O SR. PRESIDENTE:

A declaração de V. Exa. constará da Ata.

Continua a hora do expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador JARBAS MARANHÃO.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Requerimento de Licença que vai se lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 517, de 1961

Nos termos do art. 29 do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 120 dias, a partir de hoje — Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1961. — *Sebastião Archer*.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude de o nobre Senador Sebastião Archer não haver especificado a data do início da sua licença, esta passará a ser contada a partir de hoje.

O Sr. Remy Archer, Suplente de S. Ex.ª e que está presente, não necessita de prestar o compromisso regimental por tê-lo feito em outra ocasião.

Não havendo mais oradores inscritos, passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1961 (nº 271, de 1959, na Câmara), que isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S.A.; tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 513 e 514, de 1961, das Comissões de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. Não havendo quem queira usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o arpoavam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1961

(Nº 271-B, de 1959, na Câmara)

Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, excetuada a taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento), para o equipamento constante da licença nº DG-58-10863-11612, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S. A. para a instalação do serviço de telefones, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Aos Srs. Senadores que desejarem comparecer ao desembarque do Presidente João Belchior Marques Goulart, informo que S. Ex.ª chegará ao Aeroporto de Brasília entre quinze e dezesseis horas de hoje.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando, antes para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 6 de Setembro de 1961 (Quarta-feira) (1430)

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1961 (nº 1.138, de 1959, na Câmara), que incorpora à Universidade do Paraná a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 214, 215 e 526, de 1961 das Comissões de Educação e Cultura; de Sinanças e de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 55 minutos).

APARTE DO SENHOR SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO AO DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR SENADOR PAULO FENDER NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DAS 21 HORAS, DE 31 DE AGOSTO DE 1961, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. PAULO FENDER — Na realidade, o regime parlamentarista é apenas esboçado na emenda constitucional que vamos apresentar.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não queria interromper V. Exa.

O SR. PAULO FENDER — Vossa Excelência não interrompe V. Exa. esclarece.

O Sr. Aloysio de Carvalho — E' apenas esboçado, se compararmos a emenda em curso na Câmara com a emenda que, na mesma Câmara foi apresentada em 6 de julho deste ano. Esta última era completa, substitua totalmente o capítulo da Constituição e estabelecia o Parlamentarismo com todas as suas características e para todos os seus efeitos. Se estamos, porém, realmente querendo fazer uma experiência apenas, é claro que precisamos dar suas linhas gerais, até para que possamos adaptar o Parlamentarismo às nossas condições peculiares. Não há texto escrito que diga que o Parlamentarismo se realize desta ou daquela forma. No Império, já existia praticamente a figura do Primeiro Ministro e não havia lei alguma que houvesse criado o cargo de Primeiro Ministro. Em 1847, uma lei criou o cargo e lhe deu a atribuição explícita de organizar os Gabinetes. Vamos, portanto, começar — diz Vossa Excelência — de um esboço. Muito bem, de um esboço para que a prática o aperfeiçoe como devemos.

O SR. PAULO FENDER — Era a sequência do meu raciocínio a que V. Exa. tão brilhantemente satisfaz.

Republica-se por haver saído com incorreções no D C N. de 27-8-61.

Parecer nº 494, de 1961

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1961.

Relator: Sr. Ary Vianna

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1961 (nº 61, de 1961, na Câmara), originário da Câmara.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1961. — *Unival Fontes*, Presidente — *Ary Vianna*, Relator — *Menezes Pimentel*.

ANEXO AO PARECER Nº 494 DE 1961

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1961 (nº 61-A-61, na Câmara), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União genealogia de registro ao Termo de arquivamento, concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal a Adolff Dorf.

Substitua-se o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1961, pelo seguinte:

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo de confirmação de arquivamento concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal a Adolff Dorf.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o termo de confirmação de arquivamento concedido pela Prefeitura do antigo Distrito Federal do terreno arquivado de Marinha, situado na Rua João de Carmo, número 13, antiga Rua São Leopoldo, que outorga a União e Adolff Dorf.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.